



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

### PARECER

**PROJETO DE LEI Nº 368/2023**

**PROPONENTE: DEPUTADA DÉBORA MENEZES**

**RELATOR: DEPUTADO ADJUTO AFONSO**

Altera, na forma que especifica, a Lei nº 5.598 de 8 de setembro de 2021 que: “DISPÕE sobre a concessão ao servidor público estadual tutor, curador ou responsável por pessoa com deficiência o direito à redução da jornada de trabalho”.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 368/2023, apresentado pela excelentíssima deputada Débora Menezes em 13 de abril de 2023 a esta augusta casa legislativa e que altera, na forma que especifica, a Lei nº 5.598 de 8 de setembro de 2021 que: “DISPÕE sobre a concessão ao servidor público estadual tutor, curador ou responsável por pessoa com deficiência o direito à redução da jornada de trabalho”.

Observa-se que a matéria fora incluída na pauta de reuniões ordinárias nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2023. Ainda, fora distribuída às seguintes comissões permanentes<sup>1</sup>: 1 – Comissão de Constituição, Justiça e Redação; 2 – Comissão de Assuntos Econômicos; 3 – Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social; e 4 - Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos. Observa-se que a proposição não recebera emendas.

É o simples relatório. Passo a opinar.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

A propositura apresentada pela ilustre deputada supracitada visa alterar, na forma que especifica, a Lei nº 5.598 de 8 de setembro de 2021 que: “DISPÕE sobre a concessão ao servidor público estadual tutor, curador ou responsável por pessoa com deficiência o direito à redução da jornada de trabalho”.

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.033968:

<sup>1</sup> Art. 127. A proposição recepcionada é submetida à deliberação da Mesa Diretora. ADJUTO RODRIGUES AFONSO - DEPUTADO(A) - EM 10/07/2023 09:07:58

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 10/07/2023 13:30:25

GEORGE AUGUSTO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 10/07/2023 14:29:06

MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS - DEPUTADO(A) - EM 10/07/2023 19:08:34

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : B3056117000DA64F . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Nesse contexto, a propositura busca desburocratizar a manutenção, quando concedida, do direito a redução da jornada de trabalho, ao servidor público estadual, tutor, curador ou responsável por pessoa com deficiência acometida pelo Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Em outro ponto, nas palavras da própria propositora, destaca-se: “na Lei Estadual 5.596 de 1º de setembro de 2021 desta Casa Legislativa, o laudo médico pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista – TEA possui prazo indeterminado de validade. Logo, mostrando-se desnecessária e desarrazoada a exigência, pelo dispositivo, de nova perícia para os fins que especifica a Lei 5.598 de 8 de setembro de 2021.”

Nesse sentido, após verificar as questões abrangidas pelo Projeto ora analisado, entendo não haver qualquer óbice ao ingresso da presente propositura no ordenamento jurídico estadual.

Outrossim, no que tange a abrangência da CAE, no bojo do art. 27, II, “b”<sup>2</sup> da resolução legislativa 469/2010, cabe a mim analisar a compatibilidade e adequação da proposição em comparação ao plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Nesse contexto, a proposição não conflita com as normas de caráter orçamentário e demais disposições legais em vigor.

Portanto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento, na forma regimental.

### III – VOTO DO RELATOR

De todo o exposto, estando os requisitos formais e materiais exigidos para o caso em epígrafe em consonância com as normas constitucionais no que diz respeito à temática destas comissões. Leva-me a impulsionar a **MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL** ao **Projeto de Lei nº 368/2023**.

É o parecer.

**S.R. COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.** Manaus, em 10 de julho de 2023.

**ADJUTO AFONSO**  
RELATOR

<sup>2</sup> Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 desta Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: I - Análise de compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

